

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO DIA VINTE E NOVE DE JULHO DE 2014, NA SEDE DO INEA, NO RIO DE JANEIRO – RJ.** Aos
4 vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e catorze, instalou-se a 4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica
5 Consultiva (CTC) do CEIVAP, na sede do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no Rio de Janeiro/RJ, com a
6 **presença dos seguintes membros:** Minas Gerais – Deivid Oliveira (FIEMG), Maria Aparecida Vargas
7 (Energisa); Rio de Janeiro – Moema Versiani (INEA), Humberto Dias (Prefeitura de Barra do Piraí); Eduardo
8 Dantas (CEDAE), Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida), Roberto Machado (Instituto Rio
9 Carioca); São Paulo – Edilson de Paula Andrade (DAEE), Zeila Piotto (CIESP Taubaté), Renato Veneziani
10 (SABESP); **dos seguintes convidados:** Giordano Bruno Bomtempo (ANA), Alberto Salgado Lootens
11 (Prefeitura Municipal de Barra do Piraí – 5MAMB), Tarcísio José de Souza (CEIVAP), André Marques
12 (AGEVAP), Aline Alvarenga (AGEVAP), Daiane dos Santos (AGEVAP), Raíssa Galdino (AGEVAP); e
13 **justificadas as seguintes ausências:** Paulo Afonso Valverde Jr. (CESAMA), Matheus Machado Cremonese
14 (PREA), Virgílio Furtado (AMPAR), Antônio Carlos Simões (CSN), Alexandre Silveira (Light), Luiz Roberto
15 Barretti (ABES/SP), Teresa Paiva (EEL/USP); **para tratar da seguinte pauta:** 1 – Aprovação da ata da última
16 reunião; 2 – K Saneamento; 3 – K Agricultura; 4 – Capacidade financeira da AGEVAP a curto, médio e longo
17 prazo; 5 – Assuntos Gerais. Conferido o quórum, o Coordenador substituto da Câmara Técnica Consultiva do
18 CEIVAP, Sr. Deivid Oliveira, abriu a 4ª Reunião Ordinária da CTC de 2014, agradecendo a presença de todos e
19 passando para a discussão do primeiro item da pauta. **ITEM 1: Aprovação da ata da última reunião** – A ata
20 da 3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, realizada no dia 2 de julho de 2014, foi
21 aprovada depois de feitas as devidas correções. **ITEM 2: K Saneamento e ITEM 3: K Agricultura** – O Sr.
22 André Marques (AGEVAP) fez apresentações ilustradas com tabelas detalhando os valores referentes aos
23 impactos das novas propostas na arrecadação dos setores de agricultura e de saneamento com projeções de 2014
24 a 2020. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) comentou que o custo para fazer o controle é muito mais alto do que os
25 resultados práticos, que o procedimento é muito trabalhoso, e irá gerar uma grande discussão. Disse ainda que o
26 Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) tem uma defasagem muito grande, e a utilização
27 dos dados nele contido seria questionada. Ressaltou que o benefício seria muito pequeno para o custo de
28 implementação do instrumento. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) expôs sua opinião dizendo concordar com o Sr.
29 Eduardo Dantas em partes. Explicou que o conceito é que, referente ao reajuste, a CTC não estava visando à
30 arrecadação da AGEVAP, o foco é estimular as boas práticas. O conceito inicial é de que o K seria um adicional
31 de redução, em nenhum momento o foco foi arrecadação do Comitê. A seu ver, há dificuldades operacionais.
32 Disse que não identificou na apresentação a avaliação do impacto para o usuário do setor de saneamento. O Sr.
33 André Marques (AGEVAP) mostrou na tabela o impacto de cada usuário do setor de saneamento. O Sr. Roberto
34 Machado (Instituto Rio Carioca) reforçou a fala da Sra. Zeila Piotto, destacando que é uma questão de conceito.
35 O intuito não foi visar à arrecadação, visto que na época em que o assunto foi estudado, em 2012, não havia
36 déficit financeiro na AGEVAP, e essa questão não foi colocada em pauta. Ressaltou que é importante mudar a
37 mentalidade para a preocupação com a perda. Na época que estudamos em 2012 nem estava estabelecida essa
38 crise hoje, a questão da AGEVAP não foi nem colocada em pauta. Mudar a mentalidade para a preocupação
39 com a perda. Concluiu falando que seria interessante elaborar uma proposta para penalizar quem não declara
40 direito. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) comentou que se deve observar qual é o mais impactado, para ter uma
41 ideia de impacto máximo. De acordo com as tabelas apresentadas pelo Sr. André Marques, há impactos altos
42 para quem tem o índice de perda mais alto, deve ser levado em consideração o resultado prático de aumento
43 para o Comitê foi baixo, e ainda há um custo para controle. Destacou que em alguns casos é fácil medir, mas no
44 caso do saneamento é mais difícil de chegar a um número exato, visto que a cobrança é por unidade produtora e
45 o SNIS é por município. Falou que tem preocupação quanto à imprecisão dos dados informados. O índice foi
46 para premiar quem já faz a boa prática, quem é ineficiente já paga mais. Comentou que quem tem índices de
47 perda maiores são as prefeituras e sistemas carentes. Expôs sua opinião dizendo que os índices são injustos
48 como um todo. O Sr. Renato Veneziani (SABESP) se manifestou de acordo com a fala do Sr. Eduardo Dantas,
49 reforçando o fato de que o índice é declaratório e está desatualizado. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio
50 Carioca) relatou que participou do grupo de trabalho onde foi muito discutida a questão do setor usuário, e
51 inclusive, as conclusões a que se chegaram foram em acordo com o próprio setor usuário. Falou que esse
52 paradigma tem que ser mudado, porque se não forem, os problemas no sistema de recursos hídricos serão
53 sempre os mesmos. A implementação é de responsabilidade de cada Órgão Gestor. A Sra. Vera Lúcia Teixeira
54 (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) ressaltou que isso foi um trabalho acordado, e não foi aprovado em plenária
55 por falta de quorum. Comentou que há um estudo feito pela Agência Nacional de Águas (ANA) referente à
56 transposição, que faz uma avaliação da cobrança. Destacou que diante de qualquer atitude tomada, os impactos
57 vão acontecer, e se nada for feito o sistema vai entrar em colapso. Concluiu dizendo que deve ser pensada a
58 sustentabilidade de todo o sistema. O Sr. Edilson de Paula Andrade (DAEE) citou que há uma grande
59 necessidade de acelerar as medidas de gestão e controle no saneamento para se chegar a níveis razoáveis de
60 perda. O CEIVAP está contribuindo com o sistema mostrando um caminho, uma alternativa, visto que, desde a
61 crise ocorrida no ano de 2002 até os dias de hoje, poucas ações nesse sentido foram colocadas em prática. O Sr.
62 Deivid Oliveira (FIEMG) ressaltou que o objetivo da cobrança é racionalizar, não só valores, e que esse fato
63 pode ser um diferencial para o CEIVAP. Destacou que há uma preocupação em se trabalhar com dados de dois

64 anos atrás. Disse que essa é a oportunidade de melhorar a questão da metodologia, e que a ANA poderia auxiliar
65 com os cálculos. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) comentou que as informações estão muito defasadas, os dados são
66 declaratórios, e não seria justo a empresa ser cobrada com base em fatos de dois anos atrás. Sobre a questão dos
67 dados inconsistentes ou não informados, uma coisa é não informar, a empresa pode ser penalizada, mas quanto
68 ao dado inconsistente, gera dúvidas quanto à forma de aplicação. Destacou ainda a questão da escassez e
69 cobrança, citando que as pessoas costumam dizer que os problemas de gestão estão relacionados ao sistema de
70 cobrança, quando escassez de recurso se dá muito mais devido ao uso irracional. O Sr. André Marques
71 (AGEVAP) falou que o fato de colocar o índice de perdas é uma inovação, representa um indicador de melhoria
72 no sistema de cobrança. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) destacou que a questão da cobrança,
73 gestão da água, perda e boas práticas, tem que estar coerente com o conteúdo do Plano de Bacia que está sendo
74 desenvolvido. A Sra. Moema Versiani (INEA) se manifestou dizendo que a proposta apresentada é a mesma
75 consolidada no âmbito dos Grupos de Trabalho formados em 2012, que ela acompanhou na ocasião. Lembrou
76 que havia uma proposta final, e não compreende porque o grupo de saneamento destacou somente na presente
77 ocasião que a proposta não é aplicável, quando o custo de operacionalização deveria ter sido questionando
78 anteriormente. Destacou que a impressão é que não houve um avanço nas discussões, e que inclusive, todas as
79 vezes que o assunto pautado é alteração da metodologia de cobrança não há avanço significativo. Questionou a
80 questão de correção de PPU's. O Sr. Giordano Bruno Bomtempo (ANA) questionou se a AGEVAP poderia
81 solicitar aos técnicos do SNIS que informassem os dados inconsistentes. O Sr. André Marques (AGEVAP)
82 explicou que o SNIS faz os cálculos, encaminha para os municípios, para que estes validem os dados e enviem
83 para o SNIS. O Sr. Giordano Bruno Bomtempo (ANA) relatou que se falou na questão de operacionalização, e
84 nesse caso específico, para a ANA, não seria difícil, porque não são muitos usuários no CEIVAP. Destacou que
85 deve ser levado em consideração o custo e a dificuldade que a ANA teria para implementar. Disse ainda que
86 algumas falas foram bastante sensatas quando apontaram que deveria ser considerado que para valores
87 inconsistentes o coeficiente deveria ser aplicado. Comentou que houve um trabalho interessante, e desconhece o
88 motivo do assunto não ter sido mais pautado em plenária. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale!
89 Nossa Vida) relatou que na última plenária do CEIVAP do ano de 2012 não houve quorum, na primeira plenária
90 do ano seguinte houve posse de novos membros e mudança de diretoria do Comitê, e o assunto caiu no
91 esquecimento. Lembrou que antigamente havia uns informes nas reuniões do CEIVAP que agilizavam os
92 assuntos a serem tratados, sugeriu que esse procedimento seja retomado. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) destacou
93 que o fato da empresa não declarar não pode isentá-la de uma possível punição, porém a CTC ainda não definiu
94 como seria esse procedimento. Disse também que o valor declarado tem que estar atualizado, declarado em
95 2015 no caso, e se o usuário não declarar será usada a informação desatualizada. Em tempo, deveria ser pensada
96 uma forma que permita que o usuário atualize a informação, independente do SNIS, para que não saia em
97 desvantagem. O Sr. André Marques (AGEVAP) citou que poderia ser criado um espaço, no site da AGEVAP,
98 onde o usuário poderia colocar as informações primárias e a AGEVAP faria o cruzamento com as informações
99 do SNIS. A Sra. Moema Versiani (INEA) citou que além dos estudos do saneamento e agricultura, houve
100 um trabalho com o setor da indústria, que não apareceu na proposta até o momento. Ressaltou que seria válido
101 incluir um considerando da deliberação que citasse os grupos de trabalho de saneamento, agricultura e indústria.
102 A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que no setor da indústria não tinha como operacionalizar, por não ter campo e
103 por falta de clareza dos conceitos de uso e reúso. A Sra. Maria Aparecida Vargas (Energisa) sugeriu citar tudo
104 na proposta de deliberação, para não deixar esse item em aberto. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) comentou que
105 tinham 13 estudos e inúmeros K's, e se todos forem citados pode ser que o documento fique extenso. O Sr.
106 Giordano Bruno Bomtempo (ANA) citou que todos os k's foram discutidos, mas não foram criados grupos de
107 trabalho para discussão de todos. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) ponderou que a CTC tem que entrar em acordo,
108 ou consta todos os k's discutidos ou não cita nenhum, visto que todos os k's estavam na recomendação do
109 estudo. A proposta seria a elaboração de uma deliberação que substitua a DN 65, e nela conste um histórico dos
110 13 estudos referentes à cobrança. O Sr. Renato Veneziani (SABESP) sugeriu a aprovação da deliberação que
111 altera os dispositivos, e posterior a isso marcar uma data para trabalhar a deliberação nº 65/2006. O Sr. Deivid
112 Oliveira (FIEMG) pontuou dizendo que hoje a CTC está com uma demanda vinda da plenária do CEIVAP, há
113 um prazo para atendê-la, e a Câmara Técnica precisa chegar a um posicionamento. Expressou sua opinião
114 falando que a sugestão de alterar a DN 65 como um todo é a ideal, porém, o que está definido no momento é o
115 K Saneamento, o K Agricultura e a não indexação. Sugeriu que todos os itens da Deliberação nº 65/2006 sejam
116 colocados no papel e a CTC faça um apanhado com todas as discussões relativas à cobrança para que isso seja
117 documentado e encaminhado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). A Sra. Zeila Piotto (CIESP)
118 se propôs a elaborar o texto relatando tudo que foi discutido, no âmbito da CTC, sobre mecanismos e valores da
119 cobrança desde sua implantação até os dias de hoje. **ENCAMINHAMENTO** – *A Câmara Técnica Consultiva*
120 *recomendou que seja elaborada uma proposta para alteração dos dispositivos da Deliberação CEIVAP nº*
121 *65/06, que estabelece mecanismos e propõe valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia*
122 *hidrográfica do rio Paraíba do Sul, e esta, após passar por aprovação da referida Câmara Técnica, deverá ser*
123 *encaminhada para aprovação da plenária do CEIVAP.* **ENCAMINHAMENTO** – *A próxima reunião da*
124 *Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP foi marcada para o próximo dia 13 de agosto, na sede da AGEVAP,*
125 *em Resende (RJ).* **ITEM 4: Capacidade financeira da AGEVAP a curto, médio e longo prazo** – O Sr. André
126 Marques (AGEVAP) iniciou uma apresentação mostrando impacto de uma nova proposta na arrecadação da

127 AGEVAP. Mostrou também como o recurso da cobrança é usado para custeio da AGEVAP e a situação atual de
128 pessoal da AGEVAP, com 5 pessoas pelo Contrato ANA/AGEVAP para trabalhar pelo CEIVAP, e simulações
129 de impacto arrecadação x custo 06 pessoas, impacto arrecadação x custo 07 pessoas e impacto arrecadação x
130 custo 08 pessoas. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) lembrou que foi solicitado pela CTC que a AGEVAP
131 apresentasse seu cenário de custeio para os próximos três anos, considerando a reclassificação das despesas e o
132 uso dos rendimentos financeiros na área de custeio para tentar diminuir a questão emergencial. Relatou que na
133 Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB) do CNRH o orçamento das agências foi
134 definido como item prioritário, e apresentado com regime de urgência. Cada agência tem um perfil e as questões
135 levantadas são se o 7,5% atende ou não atende, para quais fins e para qual estrutura. Outro questionamento é
136 porque o recurso da cobrança do setor elétrico não pode ser usado. Disse que na última reunião da CTCOB o
137 referido assunto foi muito debatido, e inclusive, foi solicitado, no âmbito da CTCOB, uma agenda de trabalho
138 para discutir entidades delegatárias. Disse ainda que a CTCOB se manifestou contrária a qualquer reajuste e
139 aprovação de proposta de cobrança até que sejam resolvidas as questões estruturais das Agências, visto que os
140 custos são crescentes. O Sr. Edilson de Paula Andrade (DAEE) questionou, levando em consideração que se
141 passaram onze anos de instituição da cobrança, o porquê não poderia haver uma atualização de valores, visto
142 que com o passar dos anos a demanda de trabalho só tende a aumentar, e o recurso deveria ser crescente,
143 acompanhando a mudança. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) comentou que o CNRH só teve conhecimento da
144 situação das entidades delegatárias há dois meses atrás, e este, sendo um problema crescente, deveria ter sido
145 levado ao conhecimento da CTCOB anteriormente. Falou que em sua opinião, o processo precisa de um
146 amadurecimento como um todo. Acredita que há muitos anos as pessoas envolvidas no sistema já tinham a
147 percepção dos problemas de hoje, porém, tudo se sobressaiu recentemente o que facilitou a identificação de uma
148 fragilidade na questão da base legal da cobrança. Há vários pontos que, agora, com o amadurecimento do
149 sistema, é questionado. Citou que existem os recursos da cobrança do setor elétrico, o contingenciamento do
150 Ministério do Meio Ambiente (MMA) e isso está sendo discutido no âmbito da CTCOB como solução em longo
151 prazo. A curto prazo está se pensando em uma forma de amenizar a situação da AGEVAP em um cenário de 3
152 anos, enquanto as outras questões são discutidas. A Sra. Moema Versiani (INEA) expôs sua opinião dizendo
153 que uma discussão não impede o andamento da outra, uma não inviabiliza a outra. Considera essencial a
154 discussão sobre a recomposição do PPU, visto que todos os custos dos usuários aumentam, menos o uso da
155 água. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) comentou, sobre a questão do PPU, que foi acordado, no
156 âmbito da CTC, a não indexação, mas que se fosse necessário em qualquer momento o assunto seria colocado
157 em pauta para discussão. Com a apresentação dos cenários das agências, há um parâmetro. A questão do PPU
158 tem que ter um reajuste, de caráter emergencial, para amenizar a situação do sistema. A Sra. Zeila Piotto
159 (CIESP) expôs que não tem como se falar em recomposição quando não se tem o fundo de recurso. Fala-se em
160 recomposição quando se tem dinheiro no sistema. Ressaltou que qualquer decisão que seja tomada hoje, será
161 pensando em solução eficiente para o ano de 2015. O Sr. Giordano Bruno Bomtempo (ANA) comentou que
162 deve ser levado em consideração que o CEIVAP está há 5 anos sem uma progressividade no que diz respeito a
163 cobrança, sem estabelecimento de novos preços; que o leva a refletir como a AGEVAP, funcionando como sua
164 secretaria executiva do Comitê, lida com suas atribuições e consegue realizar um bom trabalho. Os novos
165 preços, se aprovados, não chegariam nem perto de recompor as perdas inflacionárias de 5 anos, mas aliviarão a
166 AGEVAP nessa situação, que é emergencial. Ressaltou que seria justo a Câmara Técnica analisar a proposta
167 apresentada pela AGEVAP pensando em uma recomposição dos preços, visto que a referida proposta não exige
168 nada exorbitante, é considerável. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) reforçou a fala do Sr. Giordano Bomtempo
169 salientando que desde 2009 até hoje não houve reajuste, e em relação a recomposição dos valores de 2003 é
170 importante pontuar que nesse ano a cobrança iniciou em uma Bacia só, os valores de 2003 não eram como os de
171 hoje. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) sugeriu encaminhar a proposta para que em uma reunião setorial seja
172 apresentada aos usuários. A Sra. Maria Aparecida Vargas (Energisa) falou que seria importante o CEIVAP
173 preparar uma carta para esse assunto que possa ser encaminhada aos usuários. Em tempo, comentou sobre a
174 queda da arrecadação e o fato de que o PPU não pode ser aumentado em função de queda de arrecadação. A Sra.
175 Moema Versiani (INEA) destacou que são discussões separadas, uma coisa é recomposição de custo de PPU, e
176 outra é o preço do bem público água, que não acompanha o preço do mercado. Concordou com o Sr. Giordano
177 Bomtempo quando questionou como a AGEVAP consegue desenvolver um bom trabalho como Secretaria
178 Executiva. Disse também que o único movimento de fortalecimento da AGEVAP, em relação a utilização de
179 recursos da cobrança, não partiu do CEIVAP. Citou que os Contratos de Gestão que a Agência possui
180 contribuem, mas é válido refletir sobre melhores condições para que a AGEVAP possa desenvolver seu
181 trabalho. Comentou que há um pensamento errôneo de que não há necessidade de correção de PPU tendo em
182 vista que há dinheiro parado. O dinheiro está todo comprometido, mas o sistema está travado. Falou que os
183 preços sempre foram muito baixos, e a cobrança está há 10 anos sem reajuste, visto que alteração da
184 metodologia da cobrança impacta apenas os usuários, não desencadeia impacto significativo para a Agência. O
185 Sr. Deivid Oliveira (FIEMG) propôs encaminhar a proposta da AGEVAP para conhecimento dos usuários, para
186 que após, passe pela CTC novamente, caso necessite de algum ajuste, para posterior encaminhamento e
187 aprovação na plenária do CEIVAP. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) lembrou que para a próxima reunião da CTC
188 seria interessante ter alguma definição por parte da Comissão Especial, em relação à questão dos recursos da
189 transposição do Guandu. A Sra. Moema Versiani (INEA) informou que há uma reunião da Comissão Especial

190 marcada para o próximo dia 02 de setembro, e a AGEVAP ficou responsável por consolidar uma proposta para
191 ser apresentada à Comissão. Disse que o representante da Diretoria do Comitê Guandu, que compõe a
192 Comissão, fez colocações muito relevantes. O Sr. André Marques (AGEVAP) comentou que a última reunião
193 da Comissão foi muito positiva, e a seu ver, há possibilidades de negociação com o Comitê Guandu, porém, os
194 prazos do CEIVAP, CTC e Comissão não estão compatíveis. O Sr. Deivid Oliveira (FIEMG) concluiu o item de
195 pauta solicitando a AGEVAP um comparativo da Deliberação nº 65/2006 e as contribuições e sugestões de
196 alterações feitas no âmbito da CTC; e a proposta dos usuários quanto a apresentação da situação da Agência,
197 ambos para a próxima reunião da Câmara Técnica. **ENCAMINHAMENTO** – A AGEVAP deverá elaborar uma
198 proposta para alteração da Deliberação CEIVAP nº65/2006, com base nas discussões da CTC, para ser
199 analisada na próxima reunião desta Câmara. **ITEM 5: Assuntos Gerais** – A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O
200 Nosso Vale! Nossa Vida) informou que todos os Grupos de Trabalho do CEIVAP foram reativados, e inclusive,
201 o GTAOH está realizando reuniões semanalmente. Em tempo, comunicou que foi criado o G4, composto por
202 representantes da Diretoria dos Comitês Afluentes, e que em breve sairá a Deliberação para apreciação da
203 plenária do CEIVAP. Informou ainda que nos dias 7 e 8 de agosto será realizado o ECOB, em São Pedro da
204 Aldeia (RJ), e também a reunião do colegiado organizador do ENCOB. O Sr. Humberto Dias (Prefeitura de
205 Barra do Piraí) relatou que está acompanhando a CTC há um ano e sua percepção é que as discussões
206 acontecem visando um melhor uso da água. Comentou sobre o Edital de Pagamentos por Serviços Ambientais
207 (PSA), recentemente publicado pela AGEVAP, que considera de suma importância para a Bacia do Paraíba do
208 Sul, e que inclusive a questão deveria ser mais discutida no âmbito da CTC, visto que, se o foco não for a
209 recuperação de áreas degradadas, os debates sobre crises hídricas acontecerão com mais frequência. O Sr.
210 Edilson de Paula Andrade (DAEE) expôs sua opinião dizendo que seria interessante fazer uma reunião da CTC
211 para tratar da crise hídrica que a Bacia do Paraíba do Sul vem enfrentando. O Sr. Roberto Machado (Instituto
212 Rio Carioca) comentou que os Comitês Afluentes estão enfraquecidos em relação a questão da transposição no
213 Paraíba do Sul proposta por São Paulo. Não havendo mais nada a tratar, o Coordenador Substituto deu por
214 encerrada a 4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, agradecendo a participação de
215 todos. A presente ata foi lavrada por mim, Raíssa Galdino, Secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada
216 pelo Coordenador Substituto da CTC, Sr. Deivid Lucas de Oliveira, que presidiu a reunião.

217
218
219 Resende, 29 de julho de 2014.
220
221

222
223 Deivid Lucas de Oliveira
224 **Coordenador Substituto da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP**